

**À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E
EMPREGO - MTE E DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS**

Referência: Concorrência nº 90001/2024 (contratação 90076/2023)

IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA. (Recorrente), pessoa jurídica de direito privado, com sede no SHS Quadra 06, conjunto A, Bloco E, salas 919, 922, 923 e 1.110, Edifício Brasil 21, CEP 70.322-915, na cidade de Brasília, DF, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.758.602/0001-80, por sua representante legal, vem, respeitosamente, perante esta Comissão Especial de Licitação, com fulcro no item 19 do Edital, interpor tempestivamente

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a habilitação da empresa **CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA (Recorrida)**, pelas razões de fato e de direito a seguir dispostas.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme item 19.1 do Edital, os recursos relacionados à presente licitação devem ser interpostos no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da intimação da ata.

Nesse cenário, percebe-se que o resultado do julgamento dos documentos de habilitação foi disponibilizado para as licitantes no dia 1º/8/2024. Dessa forma, considerando o prazo previsto no item 19.1 do Edital, bem como na comunicação realizada pela Comissão Especial de Licitação¹, percebe-se que o prazo para interposição do recurso encerra no dia 6/8/2024.

Sendo assim, apresentado nesta data, é tempestivo o presente recurso.

2. BREVE SÍNTESE DOS FATOS

O MTE e o MPS, por intermédio da Comissão Especial de Licitações, tornaram pública a realização de processo licitatório na modalidade Concorrência, com critério de julgamento pela melhor técnica, para a contratação de empresa especializada na solução de serviços de comunicação institucional.

No dia 30/7/2024, conforme designação prévia, ocorreu a 1ª Sessão Pública da Concorrência supracitada, a qual teve como objeto o credenciamento das licitantes e recebimento dos envelopes de documentos. Na oportunidade, foram credenciadas e habilitadas todas as empresas presentes.

¹ Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/concorrenca-1/2024/SEI_3014620_Aviso1.pdf. Acesso em 2/8/2024.

Ocorre que ao verificar a documentação de habilitação da empresa CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA., percebe-se que a mesma deixou de cumprir com o que é previsto no item 11.2.3., “b”, do Edital e, ainda assim, foi habilitada no certame. Sendo assim, apresenta abaixo as razões que fundamentam seu recurso, requerendo seu imediato recebimento e consequente provimento para revisão da decisão que habilitou a empresa Recorrida.

3. DAS RAZÕES RECURSAIS

Primeiramente, urge-se destacar que não é intuito desta licitante impedir ou simplesmente atrapalhar o normal trâmite do certame em tela, nem mesmo trazer dúvidas acerca da competência do trabalho exercida por esta respeitada Comissão de Licitação ou questionar sem fundamentos suas decisões.

Sabe-se do volume de informações necessárias neste certame, sendo compreensível que uma ou outra análise pelos julgadores desconsidere algumas informações. Por isso, o objetivo destas razões recursais é apontar, de forma objetiva, o que deve ser devidamente reconsiderado no julgamento realizado pela nobre Comissão em relação à habilitação das licitantes.

É essencial assegurar a observância dos princípios fundamentais que orientam nossa Administração Pública, conforme estipulado na Constituição Federal, na Lei nº 14.133/2021, na Lei nº 12.232/2010, bem como na jurisprudência aplicável. A observância dos princípios e das normas aplicáveis à presente contratação são imprescindíveis para atender à imperiosa e crucial

necessidade de contratação por parte do MTE e do MPS da forma mais eficaz possível.

É forçoso admitir que é papel da Administração buscar uma competição na qual os licitantes sejam, realmente, capazes de atender à complexidade da demanda trazida à tona com a esperada qualidade, devidamente munidos de documentação completa que atesta sua capacidade técnica. Tal papel torna-se ainda mais relevante por se tratar de serviços de comunicação institucional e que se demonstram tão essenciais para o melhor desenrolar das atividades intrínsecas aos objetivos de ambos os Ministérios.

Para iniciar qualquer fundamentação e explicitação acerca do que esta Recorrente considera como equivocado, convém destacar o princípio norteador de qualquer procedimento licitatório que deve ser amplamente respeitado por todos os entes da Administração Pública, qual seja: **o da vinculação ao instrumento convocatório.**

O que se deseja restar claro a partir da positivação do referido princípio é que o Edital funciona como uma bússola, a qual guia não somente para o correto e planejado processamento da licitação como um todo, mas também para a satisfação concreta de uma vantajosa contratação pública. O ato convocatório tem que ser seguido como uma lei, pois será o instrumento de regulação da atuação tanto da Administração quanto dos participantes interessados.

Em outras palavras, toda contratação depende de um bom Edital, documento este que deve ser encarado como a necessária ligação entre o planejamento da contratação e a futura aferição da legalidade e principalmente da

eficiência da atuação do ente Contratante, bem como que o referido Edital seja fielmente seguido durante todo o processo de contratação.

Assim, o Edital se apresenta como um instrumento de gestão, como item obrigatório no procedimento licitatório. Por isso, deve estar fundado em estudos técnicos e com as descrições especificadas de custos, pagamento, fiscalização, e principalmente quanto às exigências das propostas das licitantes.

A fim de melhor elucidação sobre o que de fato significa o respeito aos termos do Edital, ensina José dos Santos Carvalho Filho:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. (...) Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto”.
(CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246.).

Ou seja, de forma resumida, o que se terá a partir da fundamentação técnica abaixo, com devida comprovação pela citação do próprio Edital, é a demonstração do desrespeito ao princípio da vinculação do instrumento convocatório – e consequentemente da isonomia -, bem como das normas e jurisprudência às quais a presente Concorrência se vincula, a partir do julgamento realizado pela nobre subcomissão.

Desta forma, vejamos a seguir as razões recursais.

3.1.DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PROFISSIONAL COM FORMAÇÃO RELACIONADA AO OBJETO DA LICITAÇÃO – Item 11.2.3, “b”, do Edital

Ao dispor sobre os requisitos para comprovação de qualificação técnica, o Edital estabeleceu diversas obrigações para as licitantes. Uma delas é relacionada à comprovação das concorrentes possuírem profissional com formação de nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente, relacionada ao objeto da licitação. Para tanto, vejamos como previu a alínea “b”, do item 11.2.3 do Edital:

11.2.3 Qualificação Técnica

b) comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos Documentos de Habilitação e das Propostas Técnica e de Preços, profissional com formação de nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente, relacionada ao objeto da licitação;

b1) a aderência da formação de nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente ao objeto da contratação, disposta na alínea anterior, deverá ser demonstrada pela licitante, por meio da descrição da experiência do profissional indicado, para avaliação da Comissão Especial de Licitação e, nos casos de dúvida, da área técnica vinculada à licitação;

b2) o profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnicoprofissional deverá coordenar a execução dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por

profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CONTRATANTE.

Pois bem, o Edital deixou claro que as licitantes **deveriam** apresentar essa comprovação de profissional com formação relacionada ao objeto contratado. Além disso, nas alíneas “b1” e “b2” estabeleceu a forma pela qual se daria a referida comprovação e também a importância desse requisito, levando em consideração que se tratará do profissional responsável pela coordenação da execução dos serviços da licitação.

Ocorre que ao verificar os documentos apresentados pela empresa CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA., percebemos que não consta a indicação do referido profissional com sua qualificação técnica. Para ser ainda mais objetivos, vejamos abaixo como foi dividida a qualificação técnica da empresa Recorrida:

- Pág. 38 – Capa que trata do início dos documentos habilitação relacionados à qualificação técnica;
- Págs. 39-46 – Atestado fornecido pela SINOP Energia;
- Págs. 47-55 – Atestado fornecido pela Pfizer;
- Págs. 56-64 – Atestado fornecido pelo Ministério da Fazenda;
- Págs. 65-69 – Atestado fornecido pela Samsung;
- Págs. 70-80 – Atestado fornecido pela LATAM;
- Págs. 81-88 – Atestado fornecido pela MOSAIC;
- Págs. 89-97 – Atestado fornecido pelo Instituto Unibanco;
- Págs. 98-106 – Atestado fornecido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo;
- Pág. 107 – Capa dos relatórios Instituto Unibanco e Pfizer;

- Pág. 108 – Documento informando a juntada dos documentos relacionados aos relatórios do Instituto Unibanco e Pfizer e um pendrive;
- Pág. 109 – Capa do relatório Instituto Unibanco;
- Págs. 110-143 – Relatório Instituto Unibanco;
- Pág. 144 – Capa do relatório Pfizer;
- Págs. 145-153 – Relatório Instituto Unibanco;
- **Pág. 154 – Capa dos documentos de habilitação relacionados à qualificação econômico-financeira.**

Percebemos que, uma vez que os documentos de habilitação relacionados à qualificação técnica da empresa recorrida finalizaram na pág. 153 e que não houve, em nenhum desses documentos, a indicação de profissional responsável pela execução dos serviços com seu respectivo currículo, não houve o atendimento do item 11.2.3, “b”, do Edital.

A priori, cumpre destacar que a Constituição Federal, norma basilar do ordenamento jurídico brasileiro, prevê os princípios da Administração Pública e a obrigatoriedade de licitar no seu artigo 37, XXI, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os

concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Regulamentando o dispositivo constitucional, sobreveio a Lei nº 14.133/2021, a qual dispõe sobre licitações e contratos administrativos. Ao consultar o artigo 5º da referida Lei, verificamos os princípios que regem o processo licitatório, sendo eles “*da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da **probidade administrativa**, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)*”.

Paralelamente, cumpre lembrar também disposição trazida pela Lei nº 9.784/1999, a qual, ao estabelecer a regulamentação do processo administrativo, previu:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

No presente recurso, chamaremos atenção aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica, além da própria previsão legal da Lei nº 14.133/2021 sobre a comprovação de qualificação técnica.

Conforme já registrado e devidamente comprovado pelas previsões do Edital da Concorrência nº 90001/2024 do MTE e do MPS, as licitantes eram obrigadas a apresentar profissional devidamente qualificado para atender ao objeto licitado, mas a empresa Recorrida não cumpriu com tal requisito. Ou seja, uma vez que tal requisito não foi cumprido, não pode esta Comissão declarar a Recorrida habilitada.

Sobre o assunto, vejamos os ensinamentos do professor Joel Menezes Niebhur:

“A Administração não deve aceitar qualquer proposta que lhe seja ofertada em processo de licitação, independentemente da modalidade adotada. Para aceitá-la, é fundamental que ela cumpra certos requisitos, especialmente que ela (a) atenda às especificações relativas ao objeto contidas no edital e às formalidades também prevista nele”

(NIEBHUR, Joel de Menezes. Pregão presencial e eletrônico. 8 ed. Ver e apl. Belo Horizonte. Fórum, 2020.)

ensina: Complementando com o mesmo entendimento, Marçal Justen Filho

“A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade

fica subordinada a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que os regerão.”

(in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., 2009, p. 586)

Assim, comprova-se que a Administração Pública, no curso do processo, não pode se afastar das regras por ela estabelecidas no instrumento convocatório. Para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital, principalmente no que diz respeito às exigências de qualificação técnica.

Nesse sentido, vejamos o entendimento do Tribunal de Contas da União:

Acórdão TCU 981/2022 – Plenário

De fato, restou apurada a ocorrência de inúmeras irregularidades no edital do Pregão Presencial 1/2019, as quais configuraram afronta às normas e aos princípios que regem as licitações e contratações públicas, em especial os da vinculação ao instrumento convocatório.

Acórdão TCU 1850/2020 – Plenário

9.4. dar ciência ao Comando da Aeronáutica das seguintes irregularidades identificadas nos presentes autos para adoção de medidas com vistas à prevenção de repetição de ocorrências semelhantes: 9.4.8. a habilitação do consórcio SAB - Millennial Technologies, o qual não comprovou possuir qualificação técnica compatível com o objeto do BID 190102/CABW/2019, ocorreu em

desacordo com os itens 7.5.1, 7.5.3 e 7.5.4 do edital c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993;

Acórdão TCU 2387/2007 – Plenário

Zelee para que não sejam adotados procedimentos que contrariem, direta ou indiretamente, o princípio básico da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com os arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993.

No mesmo sentido, vejamos o entendimento já pacífico dos diversos Tribunais do País:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. DOCUMENTO DECLARADO SEM AUTENTICAÇÃO. FORMALISMO EXACERBADO. PRECEDENTES.

1. Esta Corte Superior possui entendimento de que não pode a administração pública descumprir as normas legais, em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 41 da Lei n. 8.666/1993. [...]

(AgInt no REsp n. 1.620.661/SC, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 3/8/2017, DJe de 9/8/2017.)

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO 55/2019. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO. PLANILHA REJEITADA. DESCLASSIFICAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA.

Ademais, vale ressaltar que todos os interessados em participar do certame tiveram prévio conhecimento do edital e das especificações

dos itens a serem licitados, de modo que deve ser resguardado, na espécie, o princípio da vinculação ao edital, que faz lei entre as partes e vincula tanto a Administração quanto os licitantes à sua estrita observância. Não constam nos autos elementos que evidenciam que o Impetrado desrespeitou as normas nele contidas, portanto, não se pode falar em ausência de contraditório ou de ofensa ao edital. Apelação a que se nega provimento.

(AMS 1000005-42.2020.4.01.3200, DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO, TRF1 - DÉCIMA-PRIMEIRA TURMA, PJe 22/08/2023 PAG.)

Paralelamente, há que se destacar que a regra criada pelo item 11.2.3, “b”, do Edital é uma decorrência da própria Lei nº 14.133/2021, a qual estabeleceu objetivamente as hipóteses em que a referida comprovação será exigida. Para tanto, vejamos a previsão do artigo 67 da referida Lei:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Diante dos argumentos expostos, é necessário considerar a importância de se observar rigorosamente os requisitos estabelecidos no Edital, especialmente no que tange à comprovação da qualificação técnica das licitantes. O item 11.2.3, "b", do edital da Concorrência nº 90001/2024 do MTE e do MPS, exige que as empresas comprovem possuir em seu quadro permanente, na data de entrega dos documentos de habilitação, um profissional com formação de nível superior ou outra devidamente reconhecida por entidade competente, relacionada ao objeto da licitação.

Ao analisar os documentos apresentados pela CDN Comunicação Corporativa LTDA., verifica-se que não houve a indicação do referido profissional com sua qualificação técnica. A documentação apresentada pela empresa inclui diversos atestados de capacidade técnica, mas nenhum desses documentos menciona o profissional exigido pelo item 11.2.3, "b", do edital.

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 5º, enfatiza a importância da vinculação ao edital e da segurança jurídica, princípios que garantem a igualdade de condições entre os concorrentes e a previsibilidade dos atos administrativos. Paralelamente, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos demais Tribunais Judiciais reforçam a necessidade de observar estritamente as disposições do edital.

Por todo o exposto, diante da ausência de comprovação da qualificação técnica exigida pelo edital e da violação dos princípios legais e constitucionais que regem as licitações públicas, é imperativo que a decisão da Comissão Permanente que habilitou a **CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA.** seja revista, garantindo a vinculação ao instrumento convocatório, a legalidade, a igualdade de condições entre os concorrentes e a segurança jurídica do processo licitatório, conforme preconizado pela legislação vigente e pela jurisprudência dos tribunais competentes.

4. DOS PEDIDOS

Visando a necessidade de observância aos princípios basilares do processo licitatório sob pena do processo ser eivado com vícios insanáveis e, com a certeza da eficiência e imparcialidade com que essa Comissão Especial de Licitações, a Recorrente requer:

- A. O recebimento e a análise do presente Recurso Administrativo;

B. A reavaliação da decisão que habilitou a Recorrida **CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA.**, uma vez que a referida empresa não cumpriu com a exigência prevista no item 11.2.3, “b”, do Edital.

Por fim, requer que a decisão tomada venha devidamente fundamentada, em conformidade com as diversas formas estabelecidas por lei, explicitando os fundamentos jurídicos, e fáticos e fáticos, conforme exigido pelo princípio da motivação dos atos e decisões administrativas.

Nesses termos, requer o deferimento

Brasília, 6 de agosto de 2024.

IN PRESS OFICINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA.

CPNJ 15.758.602/0001-80

